A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSTRUINDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS

MIRIAM CRISTINA BARBOSA

RESUMO

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e representa um espaço privilegiado para a promoção do desenvolvimento integral das crianças, fundamentando-se nos princípios da equidade, da diversidade e do respeito às singularidades. Nesse contexto, a educação inclusiva ultrapassa a garantia do acesso à escola, compreendendo a construção de práticas pedagógicas que assegurem a participação, a aprendizagem e o pertencimento de todas as crianças, independentemente de suas características, condições físicas, sensoriais, intelectuais, sociais, culturais ou étnicas. Este artigo tem como objetivo analisar a importância da inclusão na Educação Infantil, refletindo sobre os princípios que orientam a construção de práticas pedagógicas inclusivas e o papel do professor na promoção de contextos educativos acessíveis e acolhedores. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, na Lei Brasileira de Inclusão, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), no Currículo da Cidade de São Paulo e nas contribuições teóricas de Maria Teresa Eglér Mantoan, Romeu Kazumi Sassaki, Lev Vygotsky, Loris Malaguzzi, Zilma Ramos de Oliveira e Tizuko Morchida Kishimoto. As análises evidenciam que a inclusão depende da construção de ambientes que valorizem a diversidade, eliminem barreiras e promovam a participação ativa de todas as crianças nas experiências educativas. Conclui-se que a Educação Infantil inclusiva exige compromisso ético, formação docente, planejamento intencional e uma cultura escolar fundamentada no respeito às diferenças e na garantia do direito à aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Inclusão; Diversidade; Práticas Pedagógicas; Desenvolvimento Infantil.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é reconhecida como a primeira etapa da Educação Básica e possui a responsabilidade de promover o desenvolvimento integral das crianças em seus aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, culturais e emocionais. Mais do que preparar para as etapas posteriores da escolarização, essa fase da educação tem como finalidade assegurar experiências significativas que respeitem a infância, valorizem as múltiplas linguagens e garantam às crianças oportunidades de aprender, brincar, explorar, participar e construir conhecimentos em ambientes acolhedores e inclusivos.

Nas últimas décadas, a educação inclusiva consolidou-se como um princípio fundamental das políticas públicas educacionais brasileiras. A inclusão passou a ser compreendida não apenas como o direito de acesso das crianças com deficiência à escola regular, mas como a construção de uma educação capaz de acolher a diversidade humana, eliminar barreiras e garantir a participação de todas as crianças nos processos educativos. Essa perspectiva representa uma mudança significativa em relação aos modelos tradicionais de ensino, que historicamente promoveram práticas excludentes e segregadoras.

A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, reafirmando os princípios da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) fortalecem esse compromisso ao reconhecer que todas as crianças têm direito à educação em ambientes inclusivos, nos quais suas potencialidades sejam valorizadas e suas necessidades respeitadas.

Na Educação Infantil, a inclusão assume ca-

racterísticas próprias. As interações, as brincadeiras e as experiências compartilhadas constituem os principais eixos estruturantes do trabalho pedagógico, favorecendo a convivência entre as crianças e o reconhecimento da diversidade como elemento enriquecedor das aprendizagens. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reafirma essa concepção ao assegurar os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, evidenciando que todas as crianças devem participar ativamente das experiências educativas, independentemente de suas condições individuais.

Autores como Maria Teresa Eglér Mantoan defendem que a inclusão exige uma profunda transformação da cultura escolar, superando práticas que buscam adaptar a criança ao sistema e propondo uma escola que se reorganize para atender à diversidade. Romeu Kazumi Sassaki complementa essa compreensão ao afirmar que uma sociedade inclusiva elimina barreiras físicas, comunicacionais, atitudinais e pedagógicas, promovendo igualdade de oportunidades e participação social. Já Lev Vygotsky evidencia que o desenvolvimento humano acontece nas interações sociais, reforçando a importância de contextos educativos nos quais todas as crianças convivam, aprendam e construam conhecimentos coletivamente.

O Currículo da Cidade de São Paulo também reconhece a criança como sujeito de direitos, competente e protagonista de suas aprendizagens, orientando a organização de práticas pedagógicas fundamentadas na escuta, na investigação e na valorização das diferentes formas de participação infantil. Nessa perspectiva, a inclusão deixa de ser compreendida como responsabilidade exclusiva do professor de apoio ou do atendimento especializado e passa a constituir um compromisso coletivo de toda a comunidade escolar.

Diante dessas considerações, este artigo tem como objetivo analisar a importância da inclusão na Educação Infantil, discutindo os princípios que orientam a construção de práticas pedagógicas inclusivas, o papel do professor na mediação das aprendizagens e os desafios para a consolidação de uma educação comprometida com os direitos, a participação e o desenvolvimento integral de todas as crianças.

A EDUCAÇÃO INFANTIL E O DIREITO À INCLUSÃO

A Educação Infantil representa o primeiro espaço coletivo de convivência da criança fora do ambiente familiar e desempenha papel fundamental na construção das relações sociais, da identidade e das aprendizagens. Por essa razão, garantir uma educação inclusiva desde os primeiros anos de vida significa assegurar que todas as crianças tenham oportunidades de participar, brincar, aprender e desenvolver-se em ambientes que respeitem suas singularidades e valorizem a diversidade como princípio educativo.

O direito à inclusão está assegurado na Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como direito de todos e determina a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Esse princípio é reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que reconhece a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis e etapas da educação, devendo ser ofertada, preferencialmente, na rede regular de ensino.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) fortaleceu esse entendimento ao propor que os sistemas de ensino eliminem barreiras e promovam a participação efetiva dos estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação em classes comuns, garantindo os apoios necessários para sua aprendizagem e desenvolvimento.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) amplia essa compreensão ao definir que a deficiência resulta da interação entre as características da pessoa e as barreiras existentes na sociedade. Dessa forma, o foco da inclusão desloca-se da limitação individual para a necessidade de transformar os contextos sociais, culturais e educacionais, tornando-os acessí-

veis e acolhedores.

Na Educação Infantil, essa perspectiva assume especial relevância porque as crianças constroem suas primeiras relações sociais por meio das brincadeiras e das interações. Quando convivem em ambientes inclusivos, aprendem desde cedo a respeitar as diferenças, desenvolver atitudes de cooperação, solidariedade e empatia, compreendendo a diversidade como característica natural da convivência humana.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil reforçam que todas as crianças são sujeitos de direitos e devem participar plenamente das experiências educativas. Isso implica organizar práticas pedagógicas que respeitem diferentes tempos de aprendizagem, formas de comunicação, modos de participação e necessidades individuais, assegurando o desenvolvimento integral de cada criança.

Assim, falar em inclusão na Educação Infantil significa defender uma educação fundamentada na equidade, na valorização das diferenças e na construção de ambientes em que todas as crianças possam aprender juntas, participando ativamente das experiências propostas.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEITOS E PRINCÍPIOS

A educação inclusiva constitui uma concepção pedagógica fundamentada no reconhecimento da diversidade humana como elemento constitutivo da sociedade. Diferentemente dos modelos integracionistas, que buscavam adaptar a criança ao funcionamento da escola, a inclusão propõe que seja a própria instituição educativa a reorganizar seus espaços, práticas e relações para atender às necessidades de todos.

Segundo Mantoan (2006), incluir significa transformar a escola em um espaço que acolha todas as crianças, independentemente de suas características, garantindo igualdade de oportunidades de participação e aprendizagem. Para a autora, a inclusão não se limita ao atendimento das crianças com deficiência, mas envolve a construção de uma cultura escolar que reconheça e valorize todas as formas de diversidade.

Sassaki (2010) amplia essa compreensão ao afirmar que a inclusão pressupõe a eliminação de diferentes tipos de barreiras: arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e, sobretudo, atitudinais. Muitas vezes, os maiores obstáculos enfrentados pelas crianças não estão relacionados às suas condições individuais, mas às práticas excludentes e aos preconceitos presentes na sociedade.

Na Educação Infantil, a inclusão manifesta-se nas pequenas ações do cotidiano: garantir que todas as crianças participem das rodas de conversa, adaptar materiais quando necessário, organizar brincadeiras acessíveis, respeitar diferentes formas de comunicação e criar oportunidades para que cada criança possa expressar suas potencialidades.

A BNCC (BRASIL, 2017) fortalece essa perspectiva ao reconhecer que todas as crianças têm direito de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se. Esses direitos devem ser assegurados independentemente das condições físicas, sensoriais, cognitivas, sociais ou culturais de cada criança.

Compreender a inclusão como princípio educativo significa abandonar práticas que enfatizam limitações e adotar uma perspectiva centrada nas possibilidades, reconhecendo que cada criança aprende de maneira singular e que a diversidade enriquece as experiências coletivas.

A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS

As transformações ocorridas nas políticas educacionais brasileiras contribuíram para consolidar uma nova concepção de infância, reconhecendo a criança como sujeito de direitos, competente, ativa e protagonista na construção de conhecimentos.

Essa compreensão rompe com visões assistencialistas que tratavam a criança como receptora passiva de cuidados e reforça a necessidade de práticas pedagógicas que valorizem sua participação, sua escuta e suas diferentes formas de expressão.

A BNCC estabelece que o currículo da Educação Infantil deve ser organizado a partir dos direitos de aprendizagem e dos Campos de Experiência, assegurando que todas as crianças tenham oportunidades de explorar o mundo, construir relações, brincar, comunicar-se e participar ativamente das experiências educativas.

O Currículo da Cidade de São Paulo também reafirma essa perspectiva ao defender práticas fundamentadas na escuta sensível das crianças, na investigação, na documentação pedagógica e na valorização das múltiplas linguagens. Nessa concepção, a inclusão não representa uma ação isolada destinada a um grupo específico de crianças, mas constitui um princípio orientador de toda a prática educativa.

Vygotsky (1998) destaca que o desenvolvimento acontece nas relações sociais. As interações entre crianças com diferentes características favorecem aprendizagens mútuas, ampliam as possibilidades de comunicação e contribuem para a construção de atitudes de respeito e cooperação.

Malaguzzi (2016), ao afirmar que a criança possui "cem linguagens", reforça que cada uma encontra formas próprias de comunicar pensamentos, emoções e conhecimentos. Algumas utilizam predominantemente a linguagem oral; outras expressam-se por meio do corpo, do desenho, da música, do brincar ou de diferentes recursos comunicativos. Reconhecer essa diversidade de formas de expressão constitui um dos fundamentos da educação inclusiva.

Nesse sentido, considerar a criança como sujeito de direitos significa garantir que todas possam participar das experiências propostas, respeitando seus ritmos, interesses, potencialidades e necessidades. O planejamento pedagógico precisa ser flexível, aberto à diversidade e comprometido com a construção de ambientes em que cada criança seja reconhecida em sua singularidade e tenha assegurado o direito de aprender, brincar e conviver.

O PAPEL DO PROFESSOR NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

A efetivação da educação inclusiva na Educação Infantil depende, em grande medida, da atuação do professor como mediador das aprendizagens e organizador dos contextos educativos. Mais do que transmitir conhecimentos, o educador é responsável por criar condições para que todas as crianças participem das experiências propostas, respeitando suas singularidades, seus tempos de aprendizagem e suas diferentes formas de comunicação.

A BNCC (BRASIL, 2017) destaca que o professor deve organizar práticas fundamentadas nas interações e nas brincadeiras, promovendo situações em que todas as crianças possam explorar, participar, investigar, criar e expressar-se. Essa orientação reforça que a inclusão não consiste em elaborar atividades diferentes para determinadas crianças, mas em planejar propostas acessíveis, flexíveis e capazes de contemplar a diversidade presente no grupo.

Maria Teresa Eglér Mantoan (2006) afirma que uma escola inclusiva não espera que a criança se adapte às suas regras; ao contrário, é a instituição que precisa reorganizar suas práticas, rever concepções e construir estratégias que favoreçam a aprendizagem de todos. Dessa forma, o planejamento pedagógico deve ser pensado desde o início para acolher a diversidade, evitando adaptações improvisadas ou excludentes.

Nesse contexto, torna-se essencial que o professor conheça profundamente cada criança, observando seus interesses, potencialidades, formas de comunicação e modos de participação. A observação cotidiana e a documentação pedagógica constituem importantes instrumentos para compreender os processos de aprendizagem e orientar o planejamento de novas experiências.

Outro aspecto relevante refere-se à flexibilização pedagógica. Organizar diferentes materiais, oferecer múltiplas formas de participação, diversificar estratégias e respeitar os ritmos individuais são ações que favorecem a inclusão e ampliam as possibilidades de aprendizagem de todo o grupo. Essas adaptações beneficiam não apenas as crianças

com deficiência, mas todas aquelas que apresentam diferentes formas de aprender.

A formação continuada também representa um elemento indispensável para a construção de práticas inclusivas. O professor necessita atualizar seus conhecimentos sobre desenvolvimento infantil, acessibilidade, tecnologias assistivas, comunicação alternativa e estratégias pedagógicas que favoreçam a participação de todas as crianças. Entretanto, mais do que dominar técnicas específicas, é fundamental desenvolver uma postura ética, sensível e comprometida com a valorização da diversidade.

Assim, o professor assume o papel de mediador das relações, incentivando a cooperação entre as crianças, promovendo situações de ajuda mútua e construindo um ambiente em que cada criança seja reconhecida por suas potencialidades e tenha assegurado o direito de aprender e participar.

O BRINCAR COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO

Na Educação Infantil, o brincar constitui o principal contexto de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular reconhecem as brincadeiras e as interações como eixos estruturantes das práticas pedagógicas, evidenciando que é por meio delas que as crianças constroem conhecimentos, estabelecem vínculos e desenvolvem diferentes linguagens.

Quando o brincar é organizado de maneira inclusiva, torna-se uma poderosa estratégia para promover a participação de todas as crianças. Durante as brincadeiras, as diferenças deixam de representar obstáculos e passam a constituir oportunidades de aprendizagem coletiva, favorecendo a cooperação, a empatia, o respeito e a convivência.

Kishimoto (2017) destaca que a brincadeira possibilita à criança experimentar papéis sociais, criar hipóteses, resolver problemas, desenvolver a imaginação e construir conhecimentos em um ambiente de liberdade. Em contextos inclusivos, essas experiências tornam-se ainda mais significativas, pois permitem que crianças com diferentes características participem conjuntamente das atividades, compartilhando descobertas e ampliando suas formas de interação.

Brincadeiras simbólicas, jogos cooperativos, rodas de conversa, atividades musicais, experiências com materiais naturais, contação de histórias e explorações em ambientes externos representam importantes possibilidades para favorecer a inclusão. Nessas situações, o professor pode organizar diferentes formas de participação, garantindo que cada criança encontre meios de expressar-se e envolver-se nas propostas.

Vygotsky (1998) ressalta que o brincar favorece o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, ampliando a imaginação, a linguagem, o pensamento e a capacidade de resolver problemas. Além disso, durante as brincadeiras, as crianças aprendem a negociar regras, respeitar o outro, colaborar e construir relações sociais significativas.

É importante destacar que o brincar inclusivo não significa proteger excessivamente determinadas crianças ou reduzir sua participação nas experiências coletivas. Pelo contrário, trata-se de criar condições para que todas possam brincar juntas, contribuindo umas com as outras e desenvolvendo sentimentos de pertencimento ao grupo.

Desse modo, o brincar constitui um dos principais instrumentos para a construção de uma Educação Infantil inclusiva, favorecendo aprendizagens significativas e fortalecendo os vínculos afetivos entre as crianças.

A PARCERIA ENTRE ESCOLA, FAMÍLIA E EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

A inclusão na Educação Infantil é resultado de um trabalho coletivo que envolve professores, gestores, famílias e diferentes profissionais da educação e da saúde. A construção de práticas pedagógicas inclusivas exige diálogo permanente, compartilhamento de informações e definição conjunta de estratégias que favoreçam o desenvolvimento integral da criança.

A família representa a primeira referência

afetiva e social da criança e possui conhecimentos importantes sobre suas características, interesses, formas de comunicação e necessidades. O estabelecimento de uma relação de confiança entre escola e família fortalece o acompanhamento do desenvolvimento infantil e contribui para a elaboração de práticas pedagógicas mais significativas.

A escuta respeitosa das famílias também favorece a construção de uma cultura inclusiva. Quando os responsáveis participam das decisões, acompanham os processos de aprendizagem e dialogam com a equipe escolar, ampliam-se as possibilidades de construir estratégias que respeitem as singularidades de cada criança.

Outro aspecto relevante refere-se à atuação da equipe multiprofissional. Profissionais como psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, fisioterapeutas e profissionais do Atendimento Educacional Especializado podem contribuir significativamente para a compreensão das necessidades das crianças e para o planejamento de estratégias que favoreçam sua participação nas experiências escolares.

Entretanto, é importante destacar que esses profissionais não substituem o trabalho pedagógico desenvolvido pelo professor da Educação Infantil. Sua atuação deve complementar o processo educativo, oferecendo subsídios que auxiliem a equipe escolar na construção de práticas cada vez mais inclusivas.

O Currículo da Cidade de São Paulo reforça que a inclusão depende do trabalho colaborativo entre todos os profissionais da unidade educacional, promovendo ações integradas que assegurem a participação efetiva das crianças e fortaleçam uma cultura institucional comprometida com os direitos da infância.

Assim, a parceria entre escola, família e equipe multiprofissional amplia as possibilidades de desenvolvimento das crianças e fortalece a construção de ambientes educativos mais acolhedores, acessíveis e participativos.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Apesar dos importantes avanços conquistados pela legislação brasileira, a efetivação da inclusão na Educação Infantil ainda enfrenta diversos desafios. Entre eles destacam-se a necessidade de formação continuada dos professores, a ampliação da acessibilidade física e comunicacional, a disponibilidade de recursos pedagógicos adequados e a superação de preconceitos que ainda persistem em alguns contextos sociais e escolares.

Um dos maiores desafios refere-se às barreiras atitudinais. Muitas vezes, expectativas reduzidas sobre as capacidades das crianças acabam limitando sua participação nas experiências educativas. Superar essas concepções exige uma mudança cultural, baseada na compreensão de que todas as crianças são capazes de aprender quando lhes são oferecidas oportunidades, apoio e contextos pedagógicos adequados.

Outro aspecto importante diz respeito à organização dos espaços e tempos da Educação Infantil. Ambientes acessíveis, materiais diversificados, mobiliários adequados e propostas flexíveis favorecem a participação de todas as crianças e ampliam suas possibilidades de exploração e aprendizagem.

Também se faz necessário investir em políticas públicas que garantam condições de trabalho aos professores, ampliação das equipes de apoio, oferta de formação continuada e fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado como serviço complementar ao ensino regular.

As perspectivas para a Educação Inclusiva são promissoras, especialmente diante do fortalecimento das políticas educacionais voltadas aos direitos das crianças e da crescente valorização da diversidade como princípio democrático. As instituições de Educação Infantil têm assumido, progressivamente, o compromisso de construir práticas mais acolhedoras, fundamentadas na escuta das crianças, na documentação pedagógica, na investigação e na valorização das múltiplas linguagens.

Nesse cenário, a inclusão deixa de ser com-

preendida como um conjunto de adaptações destinadas a algumas crianças e passa a constituir uma forma de organizar toda a prática pedagógica. Uma escola verdadeiramente inclusiva é aquela que reconhece que cada criança possui características, potencialidades e modos próprios de aprender, transformando essa diversidade em fonte de aprendizagem, convivência e crescimento coletivo.

CONCLUSÃO

A inclusão na Educação Infantil constitui um compromisso ético, social e pedagógico com a garantia do direito de todas as crianças à educação de qualidade. Ao longo deste artigo, buscou-se evidenciar que uma educação verdadeiramente inclusiva ultrapassa a garantia do acesso à escola, exigindo a construção de práticas pedagógicas que promovam a participação, a aprendizagem, a convivência e o desenvolvimento integral de cada criança, respeitando suas singularidades e valorizando a diversidade como princípio fundamental da ação educativa.

As discussões apresentadas demonstraram que a Educação Infantil representa um período decisivo para a construção das primeiras relações sociais, do desenvolvimento da identidade e da formação de valores relacionados ao respeito, à cooperação e à convivência com as diferenças. Nesse contexto, a inclusão assume papel essencial ao possibilitar que todas as crianças compartilhem experiências, estabeleçam vínculos afetivos e participem ativamente das brincadeiras, das interações e das diversas situações de aprendizagem propostas no cotidiano escolar.

A análise da legislação brasileira e dos documentos orientadores, como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a Lei Brasileira de Inclusão, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a Base Nacional Comum Curricular e o Currículo da Cidade de São Paulo, evidencia que a inclusão deve constituir um princípio orientador da organização dos espaços, dos tempos, das relações e das práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições de Educação Infantil. Estes documentos reafirmam que todas as crianças são sujeitos de direitos e que cabe à escola garantir condições para sua participação plena nas experiências educativas.

As contribuições teóricas de Maria Teresa Eglér Mantoan, Romeu Kazumi Sassaki, Lev Vygotsky, Loris Malaguzzi, Tizuko Morchida Kishimoto e Zilma Ramos de Oliveira reforçam a compreensão de que a diversidade deve ser reconhecida como elemento enriquecedor do processo educativo. Cada criança aprende de maneira singular, possui diferentes formas de comunicar-se, brincar, interagir e construir conhecimentos, tornando indispensável a organização de contextos pedagógicos flexíveis, acessíveis e sensíveis às múltiplas formas de participação infantil.

Outro aspecto destacado neste estudo refere-se ao papel do professor como mediador das aprendizagens e promotor de práticas inclusivas. A atuação docente exige planejamento intencional, observação cuidadosa, escuta sensível e constante reflexão sobre a própria prática. Mais do que adaptar atividades, cabe ao professor organizar experiências significativas que possibilitem a participação de todas as crianças, respeitando seus ritmos, interesses e potencialidades. Nesse processo, a documentação pedagógica, a flexibilização curricular e a valorização das múltiplas linguagens constituem importantes instrumentos para acompanhar os percursos de aprendizagem e fortalecer o protagonismo infantil.

Também se evidenciou que a inclusão depende do fortalecimento das parcerias entre escola, família e equipe multiprofissional. O diálogo permanente entre esses diferentes atores amplia a compreensão sobre as necessidades e potencialidades das crianças, favorecendo a construção de estratégias pedagógicas mais eficazes e coerentes com seus processos de desenvolvimento. Essa atuação colaborativa contribui para consolidar uma cultura escolar baseada na corresponsabilidade, no acolhimento e no respeito às diferenças.

Entretanto, apesar dos avanços conquistados nas políticas públicas brasileiras, permanecem desafios importantes relacionados à formação continuada dos profissionais da educação, à eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais, à ampliação dos recursos de acessibilidade e ao fortalecimento das políticas de apoio às instituições de ensino. Superar esses desafios exige investimentos permanentes, compromisso político e a construção de uma cultura educacional que compreenda a inclusão como responsabilidade coletiva.

Conclui-se, portanto, que a inclusão na Educação Infantil não constitui um conjunto de ações isoladas direcionadas a determinadas crianças, mas uma concepção de educação fundamentada na equidade, na justiça social e no reconhecimento da diversidade humana. Uma escola inclusiva é aquela que acolhe todas as crianças, respeita suas diferenças, valoriza suas potencialidades e cria oportunidades para que cada uma participe plenamente das experiências educativas, construindo conhecimentos em interação com os outros.

Por fim, espera-se que as reflexões apresentadas neste artigo contribuam para ampliar os debates sobre a educação inclusiva na Educação Infantil, incentivando professores, gestores e pesquisadores a fortalecerem práticas pedagógicas comprometidas com a garantia dos direitos das crianças, com a valorização da diversidade e com a construção de uma educação mais democrática, humanizada e acessível para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

MALAGUZZI, Loris. Histórias, ideias e filosofia básica. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (org.). As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Penso, 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Currículo da Cidade: Educação Infantil. São Paulo: SME/COPED, 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 9. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. A formação social da mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.